

## DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS GERAIS DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO JUNTOS, COM ESPERANÇA SEMPRE – PT-PSOL

É preciso resgatar e valorizar a gestão **pública, instrumento fundamental para a organização da sociedade em torno de seus objetivos civilizatórios.**

Nesse sentido, é preciso abandonar a agenda de Estado Mínimo, imposta pelo capital financeiro e defendida por parcela significativa de nossas elites, neste momento particularmente inquietante da vida nacional, tem sido representada por indivíduos de visão notadamente atrasada e rudimentar.

Essa representação, portadora de interesses econômicos os mais estreitos, tenta implementar por todos os meios sua pauta de reformas, de desmonte do Estado e de entrega do patrimônio público. O resultado disso não pode ser outro, senão mais sacrifícios e menos esperanças para o povo, que já experimenta a mais cruel precarização do trabalho humano de que se tem notícia desde a escravidão. Acerca disso, basta ver os milhões de trabalhadores brasileiros transformados, sob a mal ajambrada cantilena do “empreendedorismo”, em proprietários de si mesmo, sem direitos e sem garantia de nada.

Entretanto, com o passar dos anos, grande parte da população vem percebendo que a narrativa da redução do tamanho do Estado, originalmente implementada através de um agressivo processo de privatização, ficou muito longe de cumprir com suas promessas. Os serviços de telefonia, por exemplo, se comparados aos padrões internacionais, são caros e muito limitados. O velho discurso da eficiência privada é uma fantasia que só serviu para que grandes grupos econômicos lucrassem com a compra, a preço de banana, do patrimônio público, construído com muito esforço e o dinheiro do contribuinte.

Mas se a saída não é privatizar, o Estado precisa melhorar a sua capacidade de realização. **A sociedade exige que sejam apresentados resultados** confiáveis, eficientes, eficazes e efetivos, utilizando adequadamente os recursos disponíveis e evitando desperdícios. Mas todas estas qualidades não estão essencialmente relacionadas com a condição pública ou privada de uma instituição. Elas são obtidas a partir dos **recursos** disponíveis, do **preparo** técnico dos agentes envolvidos e, decisivamente, do seu nível de **motivação**.

É claro que há diferenças entre a administração pública e a privada. Na verdade, o Brasil é um dos lugares onde isso fica mais claro. Aqui, o setor público precisa lidar com um conjunto enorme de regras burocráticas. Mas apesar de reduzirem os graus de liberdade do gestor, afetando sua eficiência, elas são importantes para tentar **evitar abusos**, aumentar a **transparência** e o **controle social**. Os valores republicanos, o combate sério e impessoal à corrupção e o estímulo ao comportamento ético e eficiente, são pilares do nosso modelo de gestão.

Entretanto, nos preocupa a utilização da agenda anticorrupção como instrumento de estigmatização do Estado e dos servidores públicos, estimulando insidiosamente a ideia de que se quer acabar com a corrupção, basta reduzir a atuação do Estado ao mínimo possível. Para usar uma expressão popular nos últimos tempos, trata-se de pura *fake-news*. Pior ainda, é uma mentira que prejudica fundamentalmente os que mais necessitam da ação do Estado, ou seja, os mais pobres e vulneráveis.

Do mesmo modo que eficiência não é um atributo que dependa da condição pública ou privada de uma instituição, a corrupção também não é um mal típico do

Estado. Aliás, é razoável afirmar que na modernidade, a corrupção tem estado bastante próxima da ganância por lucros crescentes. Não nos esqueçamos: não existe corrupção sem corruptor! E quase sempre, trata-se de um agente privado.

A sociedade precisa ficar atenta ao fato de que todo governo de viés autoritário tem muito pouca disposição para a transparência e a participação, assim como repelem o controle social sobre o Estado. Estes governos, quando podem, buscam, com as mais variadas desculpas, extinguir espaços de participação social, como conselhos, comitês, fóruns e quaisquer outros meios da população acompanhar e cobrar a atuação do poder público. E quando não extinguem, tratam de dificultar seu trabalho, utilizando-se de diversas estratégias.

Já o modo de governo do PT, já experimentado nos Municípios, nos Estados e na União, não tem qualquer conexão com o ultraliberalismo da direita conservadora brasileira. Operando em sentido oposto, nossa visão de gestão pública está centrada na **radicalização da democracia e, como via de consequência, na radicalização da transparência e da participação popular!** Aliás, acreditamos que não exista remédio mais efetivo contra a corrupção e o obscurantismo manipulador.

Nosso compromisso com Piracicaba sempre foi, e continuará a ser, o da transparência e da ampliação de canais de participação da sociedade. Talvez o passo mais ambicioso de nosso programa de governo, em termos de gestão, seja nossa compreensão de que para promovermos a radicalização almejada, o **poder público** precisa assumir um papel proativo de **difusor de conhecimento**.

Não basta garantir uma transparência formal, baseada na disponibilização de documentos e informações compreendidos por poucos e formatadas de modo a atender apenas aos interesses de grupos específicos. Também é limitada, embora digna de nota positiva, a crença num suposto processo de tradução das informações, construindo-se documentos mais simples e claros para a população, para igualmente disponibilizá-los na internet. Certamente é um avanço, mas ainda aquém do necessário, pois tais documentos sempre representarão a perspectiva do grupo político no poder.

Para que as informações sejam real e amplamente úteis, é necessário ter conhecimentos que vão além do adquirido nos processos formais de ensino. Conceitos como dotação orçamentária, limite financeiro, empenho, liquidação e pagamento, só são objeto de discussão, em disciplinas muito específicas de um número reduzido de cursos superiores. Não é justo que o Estado, que disponibiliza as informações, não disponibilize igualmente o conhecimento para que seus cidadãos, autonomamente, possam acessar, decodificar e utilizar tais informações.

A transparência tem sido tratada como um valor absoluto da sociedade moderna. É inquestionável que de fato ela representa um enorme avanço civilizatório. Mas se concretamente a maioria esmagadora da sociedade não usufrui diretamente de tal transparência, quem tiraria proveito objetivo de toda a massa de informações, especialmente as de caráter gerencial, financeiro, orçamentário e econômico, que a União, os estados e os municípios disponibilizam continuamente? Quem conhece a Lei de Acesso a Informação (LAI) e a utiliza para demandar dados específicos do governo? As respostas para tais questões são fundamentais e os entes federativos as têm. Mais que atender aos que demandam informações fazendo uso da **transparência, os entes precisam tomar conhecimento da vasta porção da sociedade que não está fazendo uso dela**, definindo então estratégias e ações para ampliar e intensificar o uso das informações à disposição da sociedade.

De fato, o Poder Público precisa ser mais ousado ainda. Ele deve **auxiliar a sociedade em seu processo de organização e mobilização**. É preciso usar o poder assimétrico do Estado, para viabilizar, inclusive, mas não apenas, estruturas físicas que comportem tanto um processo de formação e difusão constante de conhecimento, como abriguem a própria atuação de grupos sociais menos favorecidos, até que estes alcancem uma condição de operação autônoma.

O Poder Público Municipal não deve se concentrar somente em sua atuação como fomentador da atividade econômica. Incubadoras de empresas, distritos industriais e outras iniciativas de caráter econômico e de apoio ao setor privado, são certamente muito importantes. Mas a sociedade e a vida não se resumem à Economia. **A prefeitura precisa também ajudar a sociedade civil em sua luta por organização** visando a atuação no acompanhamento, cobrança e influência nas decisões dos poderes constituídos de seu município. Do contrário, o próprio poder público ficará a mercê das pressões e dos lobistas de sempre.

Ao longo das últimas duas décadas, o binômio **transparência e participação** tornou-se lugar comum nas discussões sobre gestão pública e, de fato, propiciaram uma clara modificação na relação entre o poder público e a sociedade. Entretanto, este modelo, que foi uma grande novidade no passado, agora chega a uma encruzilhada histórica. Em nossa perspectiva, tal modelo precisa de um aprofundamento radical para não perder a sua relevância. A proposta que fazemos é o estabelecimento de duas pontes que unam, de forma mais sólida e efetiva, a transparência à participação. Tais pontes são a **formação e a mobilização**.

Um modo de governo firmemente lastreado na transparência, formação, mobilização e participação, cria, por sua vez, as condições necessárias para o diálogo e a cooperação com a sociedade piracicabana. Em face dos desafios que o país e nossa cidade têm pela frente, promover o diálogo social e a cooperação direta com os cidadãos torna-se um elemento-chave.

Três frentes principais alicerçam o papel que o modo de governar deverá ter neste programa de governo: apoio ao planejamento, estrutura organizacional e orçamentário-financeira. Na primeira, para fins de inserção no Plano Plurianual (PPA), haverá a criação de programa transversal, o que envolverá a definição dos órgãos da administração municipal que estarão envolvidos no projeto, bem como a secretaria que o liderará. Na segunda frente, se discutirá com tais secretarias o redesenho de suas estruturas, de modo a ampliar sua capacidade de intervenção nos projetos de ficarem a seu encargo. Por último, será promovido o alinhamento das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA), visando assegurar os recursos necessários para a implementação do programa.

Em relação a qualidade do gasto público, inicialmente é relevante notar que o tema, apesar de sua crescente relevância e visibilidade, ainda é pouco explorado do ponto de vista teórico, não havendo definições acadêmicas mais precisas. Uma das contribuições interessantes à questão vem da Secretaria do Tesouro Nacional: "A sociedade brasileira vive um dilema. Se, por um lado, a demanda da população por serviços públicos é crescente, por outro, a capacidade de extrair recursos da sociedade para financiamento dos serviços públicos é limitada. A solução para esse dilema está na Qualidade do Gasto Público, que compreende essencialmente a racionalização e priorização da eficiência, da eficácia, da equidade e da

sustentabilidade das políticas públicas. Ou seja, fazer mais, com menos recursos e da melhor forma possível”.<sup>1</sup>

A definição do Tesouro Nacional é importante por duas razões centrais. Primeiramente, ela descortina a origem das preocupações que dão peso ao tema: a muito famosa, e não menos polêmica, ideia da contraposição entre recursos escassos e necessidades ilimitadas. Mas o mais interessante é a sequência do texto, onde a equipe do Tesouro, ao tentar apresentar uma definição não diz o que é, mas apenas do que trataria a qualidade do gasto, mostrando sua natureza complexa.

O conceito de qualidade do gasto que propomos adotar em nosso plano de governo, transita pelos conceitos de eficiência, eficácia, equidade e sustentabilidade socioambiental, mas vai além, na medida em que incorpora a ideia de efetividade e repele a suposta contradição descrita pelo Tesouro. Na **perspectiva humanista** do Partido dos Trabalhadores, não se trata de uma contradição, mas de um desafio, que exatamente por sua complexidade, requer um modelo de gestão pautado pelo diálogo, transparência, formação, mobilização e participação.

Naturalmente compreendemos os limites que a legislação fiscal impõe. Mas dentro de tais limites, é preciso radicalizar a transparência e a participação, justamente para podermos **ouvir as demandas da sociedade**. A perspectiva de finanças públicas do PT, nunca passou pelo neoclassicismo acético de uma análise apenas de meios. Para nós, discutir coletivamente os fins é absolutamente indispensável.

Neste sentido, uma ação de governo cujo resgate se mostra central é o **Orçamento Participativo**. Além de uma marca inconfundível do Partido dos Trabalhadores, se coaduna perfeitamente com todos os conceitos-chave utilizados até aqui como norteadores gerais. Na verdade, ao auxiliar no processo de radicalização da participação, potencializa todos os demais conceitos citados.

A instituição desse novo modelo de gestão é um processo complexo e com resultados de curto, médio e longo prazo. Pela complexidade, muitos gestores abrem mão de enfrentar esse desafio, mas, com isso, abrem mão também de **entregar melhores serviços e bens à população**, que afinal deveriam ser a razão de governar.

Por fim, uma breve, mas não menos importante, reflexão sobre a Transição Ecológica, que é um dos eixos transversais ao Programa de Governo como um todo, cuja conceituação e apresentação detalhada de diretrizes e ações foram tratados no capítulo específico. É suficiente, para efeito didático, fixar aqui que a Transição Ecológica não é apenas um chamado à consciência ambiental e à melhora de padrões de consumo. Trata-se fundamentalmente do estabelecimento pactuado de um **novo projeto de cidade e de desenvolvimento para Piracicaba**, envolvendo seu preparo para uma **economia de baixo carbono e alto valor agregado**. A expectativa é a criação de novas oportunidades de empreendimento econômico, gerando emprego e renda, mas agora pautadas pela sustentabilidade ambiental.

O Brasil está imerso em uma crise política, econômica, ambiental e social, agravada pela pandemia do novo coronavírus e pelo governo Bolsonaro que, além de ameaçar a democracia, já se mostrou incapaz de garantir

---

1 <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estatisticas-fiscais-e-planejamento/qualidade-do-gasto-e-avaliacao-de-politicas-publicas> .

empregos, renda, saúde da população e salvar vidas. A Amazônia e o Pantanal ardem em chamas, pelo abandono da política ambiental, cujos reflexos se fazem sentir em outras regiões do país. E os impactos dessa crise são sentidos diretamente nos municípios, onde as pessoas vivem e estabelecem suas relações sociais e com o território.

Para enfrentar esse cenário em Piracicaba, o PT, em aliança com o PSOL, disputa as eleições em 2020 com o compromisso de, uma vez saindo vencedor, empenhar-se firmemente em empreender um governo que defenda a democracia, a justiça social, a transição ecológica, a realização de direitos, a pluralidade de ideias e a participação cidadã, princípios que têm orientado, historicamente, as lutas do PT e do PSOL e os governos petistas, especialmente aqui em Piracicaba. Entendemos que um Programa de Governo estará sempre em processo permanente de construção, por isso fixamos aqui suas Diretrizes Programáticas Gerais. Assim sendo, essa disposição, expressa na consigna “Juntos, com Esperança Sempre”, que sela tal aliança histórica em Piracicaba, se materializará nas seguintes diretrizes programáticas gerais, ao longo dos quatro anos de mandato:

## 1. DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

O Governo Democrático-Popular se colocará permanentemente em defesa da Democracia e a exercitará, sobretudo, estimulando a participação cidadã no debate e na consecução das políticas públicas, com controle social, a exemplo das administrações anteriores do PT na cidade. Nessa perspectiva, retomará o diálogo sistemático com a população e resgatará a força e o protagonismo dos Fóruns, das conferências e dos conselhos municipais, especialmente do Orçamento Participativo.

O Governo Democrático-Popular ao tomar posse convocará imediatamente um Congresso Municipal Participativo objetivando aprofundar o nosso plano de governo e discutirá com todos os segmentos sociais as políticas públicas a serem implementadas em nosso Município.

A defesa da democracia deverá alcançar um significado muito real e efetivo com a ampla participação popular; com a implementação de políticas públicas que enfrentem as graves desigualdades sociais; com o fortalecimento das pautas ambientais e das minorias sociais, em uma clara atenção aos direitos humanos. Em uma confluência de construção e afirmação da cidadania política.

## 2. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA COMBATER O CAPITALISMO PREDATÓRIO

Tendo como perspectiva a transição ecológica para uma sociedade sustentável, o Governo Democrático-Popular atuará contra a exploração predatória, o desperdício e o esgotamento dos recursos naturais, considerando as necessidades das gerações atuais e futuras do município. E, com o apoio de

lideranças, especialistas, comunidades e instituições locais com domínio de conhecimentos e técnicas, promoverá o desenvolvimento sócio-econômico local com qualidade de vida e preservação ambiental. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente será prestigiado e fortalecido.

A visão de sustentabilidade deverá se constituir como eixo transversal, de maneira a perpassar todas as ações do Governo Democrático-Popular, equacionando para uma ecologia integral, capaz de promover desenvolvimento social e preservação ambiental.

### 3. CONTRA O PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO EM DEFESA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

A igualdade entre as pessoas é um pressuposto básico dos direitos humanos e, por esse motivo, o Governo Democrático-Popular defenderá a pluralidade e a diversidade que caracterizam a sociedade brasileira, combatendo toda forma de preconceito, discriminações de qualquer natureza e processos de exclusão social que dão suporte e aprofundam as desigualdades, de maneira a garantir um tratamento justo e digno a todos(as) cidadãos e cidadãs, nos seus respectivos segmentos – crianças, adolescentes, jovens, mulheres, negros, idosos, LGBTQIA+, etc. Com esse objetivo, o governo estabelecerá como marco as políticas sociais reparadoras e as ações afirmativas defendidas pelo PT e pelo PSOL, e que vem sendo realizadas pelos governos petistas.

O Governo Democrático-Popular tem como proposta fundamental fomentar e elaborar políticas direcionadas às mulheres, negros, jovens e comunidade LGBTQIA+, atentando para a especificidade e demandas de cada grupo e coletivo. As políticas implementadas deverão proteger e promover, numa perspectiva plural, estes grupos, afirmando e garantindo a participação, a cidadania política e a defesa intransigente dos direitos sociais e civis.

### 4. FORTALECIMENTO REGIONAL

Para enfrentar os desafios que estão colocados para as cidades, buscaremos articulação com outros municípios da região, de modo a integrar políticas, projetos e ações que potencializem o desenvolvimento social e econômico local, facilitem o acesso a financiamento público estadual e federal, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados e o bem-estar da população. O Município de Piracicaba será o líder na constituição de Consórcios Públicos Intermunicipais que objetivem a integração dos Municípios circunvizinhos e que os mesmos sejam parceiros no fortalecimento das Políticas Públicas. O Governo Democrático-Popular recuperará o protagonismo de Piracicaba na luta pela recuperação do Rio Piracicaba, contribuindo decisivamente para o fortalecimento dos organismos da Bacia: Consórcio Intermunicipal e Comitê de Bacias.

### 5. TRABALHO JUSTO E DIGNO PARA TODOS E TODAS

Comprometido com a garantia de trabalho justo e digno para a população, a geração de emprego e renda, com o crescimento da atividade econômica tanto urbana quanto rural e o fortalecimento das políticas sociais, o Governo Democrático-Popular, inspirado na Economia Solidária e na Economia de Francisco e Clara, desenvolverá ações que valorizem as vocações econômicas locais e regionais, a promoção de arranjos produtivos locais e o fomento de redes de cooperação, bem como fortalecerá e diversificará a formação, capacitação e (re)qualificação dos (as) trabalhadores (as). Haverá uma política específica focalizada para a juventude, voltada ao primeiro emprego, resgatando a experiência de governos anteriores do PT em Piracicaba.

## 6. DIREITO À CIDADE

Todas as pessoas que vivem na cidade têm direito a ela. O Direito à cidade representa a efetiva democratização dos espaços da cidade, pressupondo políticas públicas de acesso e inclusão. O Governo Democrático-Popular se oporá com vigor à atual tendência perversa da expansão urbana especulativa e, com base no Estatuto da Cidade, atuará para reduzir as desigualdades locais, combater a segregação urbana e todas as formas de discriminação, além de garantir qualidade de vida e moradia digna, o que inclui acesso à terra, ao saneamento básico, água limpa e encanada, rede de esgoto, coleta, tratamento e disposição final de lixo e transporte público acessível, barato e de qualidade. As políticas públicas voltadas para o Esporte, Lazer, Atividades Motoras e para a Cultura resgatarão a qualidade e o fulgor das administrações petistas anteriores, sobretudo com a preocupação de estendê-las às regiões periféricas da cidade, em benefício da população em situação de maior vulnerabilidade social.

## 7. DEFESA DO SUS

A defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), público e universal, que garanta o acesso de todos(as) cidadãos e cidadãs a serviços de atenção integral à saúde é um compromisso de governo. Nesse aspecto, será empreendida uma árdua luta para o descongelamento dos recursos para a saúde, promovidos pela Emenda Constitucional 95, do Teto de Gastos. Outro compromisso inarredável de governo será o de fortalecer a rede pública de saúde do município, promovendo uma gestão eficiente no setor e atendimento humanizado, resolutivo e de qualidade a toda população.

## 8. DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO E CULTURA PLURAL, INCLUSIVA E ABERTA À DIVERSIDADE

Consciente de que o acesso à educação e à cultura é um direito humano fundamental, além de condição importante para a mudança das relações sociais e superação das desigualdades, o Governo Democrático-Popular promoverá uma educação pública de qualidade, plural e inclusiva para todos e todas, por meio de uma gestão democrática e eficiente, que valorize os

profissionais de educação e envolva toda a comunidade escolar na construção, implementação e avaliação das políticas públicas destinadas ao setor.

Em uma perspectiva democrática, Piracicaba deverá se constituir como cidade educadora, formando as crianças e jovens para a cidadania política. A educação ambiental, a musicalização, a formação antirracista, a experiência do brincar, a cultura da paz, configuram-se como dimensões fundamentais, que deverão compor o currículo formativo.

Concomitantemente, o Governo Democrático e Popular garantirá a implementação de políticas públicas que fomentem a pluralidade e diversidade cultural, preservando a autonomia dos artistas locais e as manifestações artísticas regionais.

## 9. COMBATE À VIOLÊNCIA SISTÊMICA

A violência tem múltiplas causas: individuais, relacionais, culturais e comunitárias. Respostas que atuem apenas em uma dessas causas são insuficientes. Necessitamos de soluções que não reduzam as razões desse problema a causas únicas. É necessário que a ação do Poder Público alcance todos os envolvidos: vítimas, autores de violência, testemunhas, bem como, a rede comunitária imediata. Por outro lado, para prevenir a violência, é importante sensibilizar também a população para que não a perpetue ao menosprezar ou negar a problemática da violência familiar. A violência doméstica, que acomete especialmente as mulheres, mas também atinge crianças, adolescentes e idosos, é um grave atentado aos direitos humanos e será fortemente combatida pelo governo, por meio da ampliação e fortalecimento dos serviços especializados de atendimento e assistência integral às vítimas de violência e abuso sexual; da ampliação dos serviços e canais de denúncia; da capacitação dos servidores da Guarda Civil Municipal, do SUS, do SUAS, da educação e dos conselhos tutelares para que conheçam a legislação pertinente a esses casos e possam prestar atendimento adequado às vítimas. Uma cultura de paz só virá pela conscientização de que a violência é toda ação que desconsidera a legitimidade da diferença e, que tenta impor ao outro uma única perspectiva de verdade. O combate à violência doméstica deverá ser tema de amplo debate social, informando e formando a sociedade para os direitos humanos.

## 10. ENFRENTAMENTO AO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA

Combater o racismo estrutural presente na sociedade brasileira será tarefa permanente do Governo PT-PSOL. Para isso, serão resgatadas e ampliadas as políticas de promoção da igualdade racial, em diálogo com todas as áreas do governo, além de enfrentar a violência contra a juventude negra, a partir da criação de programas de redução dos índices de mortalidade e encarceramento dessa parcela da população.

O Governo Democrático-Popular avançará em políticas públicas afirmativas e inclusivas, criando oportunidades de acesso e permanência à educação, à prática do esporte e ao trabalho.



## 11. ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL

O Governo Democrático-Popular promoverá políticas públicas inclusivas em todos os setores, considerando a realidade econômico-social de fome, miséria e abandono que ainda persiste em Piracicaba e que reflete a realidade nacional. Assim, serão desenvolvidas ações estruturantes que deem amparo às famílias mais pobres, aos idosos, pessoas com deficiência, aos que não têm onde morar (população em situação de rua), enfim aos que vivem em situação de exclusão social. Esforços serão desenvolvidos para requalificar e fortalecer a rede social de solidariedade na cidade. O Governo Democrático-Popular desenvolverá ainda de forma prioritária um Programa Municipal Interdisciplinar e intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável alinhado à Agroecologia.

Ressalta-se, aqui, o compromisso de fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo-o como dever do Estado e direito do cidadão, propondo-se a fortalecer a prestação de serviços para aqueles em situação de vulnerabilidade e risco social, garantindo-lhes a participação cidadã.

## 12. GOVERNO ÉTICO E TRANSPARENTE

O Governo PT-PSOL adotará as melhores práticas na gestão administrativa, na perspectiva de combater o mau uso do dinheiro público, o clientelismo e o nepotismo e quaisquer desvios de natureza ética. Para tanto, serão tomadas medidas preventivas e fortalecidos os mecanismos de diálogo, pluralidade, controle social e transparência com a participação da sociedade.

## 13. CONTRA O DESMONTE DO ESTADO E A RETIRADA DE DIREITOS

O Governo Democrático-Popular afirmará sua convicção de que, em oposição à cantilena neoliberal do Estado Mínimo, a estrutura do Estado tem que ser sistematicamente fortalecida, pois é essencial para a prestação dos serviços públicos de qualidade à sociedade e ao desenvolvimento econômico e social. Nessa perspectiva, procurará resgatar os órgãos de administração indireta como o IPPLAP, o SEMAE e a EMDHAP e capacitar, oferecendo melhores condições de trabalho e salários, bem como de perspectivas funcionais aos servidores públicos municipais, assim como estabelecendo canais permanentes para o diálogo democrático.

Piracicaba, 21 de setembro de 2020.